



PONTUANDO AS DIFICULDADES DA EDUCAÇÃO DE SURDOS DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITABERABA NA BAHIA¹

Ariosvaldo Novais Santiago²

INTRODUÇÃO

A educação no Brasil desde o início do regime republicano em 1889 é um direito de todos, entretanto, as propostas e práticas educativas no país são muito contraditórias no que diz respeito à inserção de pessoas com deficiência nos espaços das escolas públicas brasileiras tanto em nome da integração quanto em nome da inclusão (FERREIRA 2005).

A Constituição federal de 1988 reserva vários dispositivos que visam garantir os direitos de cidadão às pessoas com deficiência destaque-se o artigo 208, inciso III por estabelecer o direito ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, esse dispositivo tem conferido legalidade constitucional aos discursos que enfatizam o ensino regular como a melhor opção escolar para essa (Brasil, 1988).

A educação das pessoas com deficiência, que iniciou nesse período era restrita aos filhos da nobreza e da nascente burguesia enriquecida, que puderam usufruir da condição de membros das elites, os demais estavam largados à própria sorte. Essa massa não tem nome, não tem história, não tem pátria e juntamente com outros que não quiseram ou não se submeteram à nova ordem, a escória da qual nada mais resta senão as estatísticas dos asilos e a menção de que fazia micagens na feira ou que tocava desafinadamente uma rabeca pelas ruas em troca de alguns níqueis (Silveira Bueno, 1993, p.63).

Nas últimas décadas e mais especificamente após a Declaração de Salamanca em 1994, a inclusão escolar de crianças com deficiência no ensino regular vem ganhando a atenção de professores, cientistas e pesquisadores que tratam dos pressupostos teóricos políticos e filosóficos visando subsidiar a elaboração de diretrizes curriculares e políticas públicas que possibilitem a implementação das diretrizes estabelecidas na referida declaração.

Visando garantir o acesso e a permanência de todos os alunos, os sistemas educacionais vêm passando nos últimos anos por modificações respaldadas por pareceres, leis e decretos, a inclusão de todos as pessoas com deficiências no sistema regular de ensino é uma das alterações que tem gerado muita controvérsia, pois são resultantes de deliberações legais como a Constituição Federal de 1988, Estatuto

¹ O presente trabalho é um recorte do projeto: A educação de portadores de necessidades educacionais especiais numa perspectiva educacional inclusiva: realidades e desafios na educação básica do município de Itaberaba – Bahia., do curso de Pedagogia do Departamento de Educação Campus XIII.

² Doutor em Educação, Professor adjunto do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia, asantiago@uneb.br.



da Criança e do Adolescente de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) sem a devida consulta aos interessados tanto na Educação Especial quanto na Educação Regular.

O processo de inclusão impôs à sociedade postura de aceitação dos grupos minoritários e instrumentos legais como punição de atitudes segregativas. Muitos alunos são colocados nas escolas com um discurso de inclusão sendo que estes sequer tinham acesso à educação formal, pois ela fora criada para atender à classe hegemônica (GÓES & LAPLANE 2007).

Nesse sentido, o problema da população brasileira não é ter pessoas com deficiência em sua família e sim de ser pobre ou excluído da sociedade.

Diante dessa problemática, realizamos o presente estudo buscando melhor compreender como a escola tem se adequado no processo de inclusão de alunos surdos nas políticas públicas em vigor e a forma como ocorre a formação continuada dos professores e interpretes envolvidos no processo. O estudo foi conduzido em uma escola da Rede Municipal de Educação do município de Itaberaba na Bahia.

METODOLOGIA

O estudo teve abordagem qualitativa com estudo de caso envolvendo análise de conteúdo, para investigar a problemática envolvida no processo de inclusão e permanência do aluno surdo no ensino regular e a formação continuada de interpretes, professores, gestores e profissionais de apoio na escola estudada. Segundo Almeida & Freire (2010: 26) a investigação científica qualitativa permite compreender e descrever fenômenos. O emprego do estudo de caso se explica por termos como foco uma turma da escola e a pretensão foi de acompanhar o desenrolar do processo e as relações envolvidas o que tornou possível investigar um fenômeno contemporâneo em seu contexto real (TRIVIÑOS, 2006), Gil (2009), (YIN, 2015), Yin (2010: 39). Foi utilizada uma entrevista semiestruturada, análise documental e observação participante, que são os principais instrumentos utilizados no estudo de caso. Também Afonso (2005: 70), considera que este processo de recolha de dados centra-se na natureza do objeto, estudando o que é particular, específico e único.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o processo procurou-se integrar a toda comunidade para conhecer melhor o espaço físico, Direção, Coordenação e servidores da área administrativa e de apoio, sempre atentando para recolher informações que respaldasse a análise e interpretação dos dados. Esta aproximação facilitou a trajetória no ambiente, inclusive nas salas de aula e troca de informações com os participantes sem



maiores formalidades.

Buscando identificar quais instrumentos educativos estratégicos são utilizados na escola estudada obteve-se informações da diretora das muitas as dificuldades enfrentadas no dia a dia para ofertar o mínimo de condições físicas e pessoal de apoio para que os alunos surdos de fato sejam incluídos na comunidade escolar, a comunicação do pessoal de apoio com os surdos é muito dificultada pois estes não sabem a língua de sinais e os alunos não dominam português pois não temos formação prévia para lidar com alunos surdos.

Estas evidências são relatadas por Santiago (2011) ao constatar que:

A infraestrutura das escolas e seu corpo técnico administrativo de apoio deverão estar preparados para receber os alunos deficientes e o quadro funcional planejado com profissionais qualificados para suprir as necessidades de cada deficiência apresentada pelos alunos. (SANTIAGO, 2011, p. 247)

Ao analisar a trajetória do processo de inclusão dos surdos as intérpretes informaram que com a chegada dos mesmos, teve início um desafio nas atividades de recepção, atendimento e permanência, registro do comportamento dos alunos ouvintes, corpo docente e técnico administrativo, visto que se tratava de uma situação nova para a qual a comunidade não estava preparada.

Quanto a formação dos docentes observou-se o nível de preparação excelente das intérpretes que se comunicavam com os surdos, de forma tão natural não aparentava dificuldades.

Conforme declararam as intérpretes:

Este trabalho teve início no Centro de Apoio Pedagógico com o ensino de libras, os alunos já com algum conhecimento da nova língua sempre questionavam qual a série iria estudar? Vamos para onde? Percebia-se que eles não tinham expectativa de vida e sentimos que os mesmos deveriam ser inseridos em turmas regulares e que desta forma injetasse ânimo e expectativa para que assim eles decidissem se queriam seguir seus estudos ou não.

O relacionamento dos professores com os alunos surdos não ocorre pois estes não sabem LIBRAS. Este fato também foi observado com os demais membros da comunidade, sendo a tentativa feita sempre em português o que não tem bons resultados.

De forma similar os professores informaram que:

Inicialmente a escola não tinha crianças surdas, então a gestão foi provocada para que ocorresse uma integração. Os alunos surdos eram colocados na classe para que dessemos conta. Só que a comunidade não estava adaptada e nós não dominávamos a língua de sinais, portanto não estávamos preparados para atender a estas demandas, mesmo assim a inclusão ocorreu.



Santiago (2019) orienta que a falta de formação continuada para professores tem sido um agravante no processo de inclusão, pois estes, não estão preparadas para atender às especificidades do educando surdo enquanto que a Declaração de Salamanca (1994, p.31) diz que “O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devam aprender juntas, onde quer que seja possível, não importam quais as dificuldades ou diferenças elas possam ter [...]”. Dessa forma recorre-se à educação inclusiva a fim de educar e socializar todas as pessoas que possuam necessidades educativas especiais, entretanto é possível perceber desencontros entre as políticas públicas e as práticas educacionais existentes no processo de inclusão dos deficientes.

O desenvolvimento da língua de sinais consiste em um dos debates mais polêmicos no cenário educacional e transcorre da Política Nacional de Educação, que faz apologia à educação inclusiva e deve ser organizada de forma que atenda a todos. De acordo com esse princípio, todo cidadão deve ter acesso à educação que lhe é assegurada e oferecida pela Constituição Federal, (1988).

Muitos estudos têm revelado que dentre os fatores envolvidos no processo de educação inclusiva, o que exerce maior influência é a atitude do professor que deve ser contemplada durante o processo de formação dos mesmos, sendo necessário alterar sua compreensão utilizando-se práticas compartilhadas e reflexivas para que se obtenha melhores resultados. (MARCHESI & MARTÍN 1996), (PETERS 2003), (AINSCOW 2007).

O presente estudo evidencia que mesmo sem o apoio necessário do poder público os esforços despendidos pelas professoras e interpretes permitem dar prosseguimento ao processo de integração dos alunos surdos rumo ao processo de inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões aqui levantadas, percebemos que existe um esforço significativo por parte das docentes sobretudo das interpretes no sentido de minimizar as dificuldades emergentes de um processo de inclusão dos surdos no ensino convencional, observou-se que as professoras regentes não conseguem estabelecer uma comunicação mínima com os alunos surdos. No que diz respeito à gestão e coordenação, do ponto de vista acadêmico, não percebemos uma preparação adequada para receber alunos deficientes e apesar do desempenho no sentido de ofertar o melhor para que o processo possa ocorrer, não participam de formação continuada para desenvolver o processo a contento o que não é condizente com o projeto político pedagógico da escola que contempla toda uma preparação tanto da base física quanto do corpo docente, administrativo, técnico administrativo e de apoio. Vitta, Vitta e Monteiro (2010) afirmam a grande importância da reorganização do espaço físico e dos recursos materiais para facilitar o processo de aprendizagem de crianças com deficiência, porém, “maior destaque deve ser dado à formação profissional, de forma que contemple conteúdos relacionados às deficiências e técnicas de ensino”. É necessário que nossos dirigentes nas três esferas de poder adequem seus esforços na preparação da base física e pessoal para melhor receber as



pessoas com deficiência e que nossas universidades adequem suas licenciaturas às necessidades para o processo de educação especial

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, N. *Investigação Naturalista em Educação. Um guia prático e crítico.* Porto: Edições Asa, (2005).

AINSCOW, M., “Prefácio: a viragem inclusiva”, em Luzia Lima-Rodrigues, e outros, *Percursos de Educação Inclusiva em Portugal. Dez Estudos de Caso*, Cruz Quebrada, Fórum de Estudos de Educação Inclusiva, Faculdade de Motricidade Humana, 2007, pp. 13-19.

ALMEIDA, L.; FREIRE, T. *Metodologia da investigação em psicologia e educação.* 5.ed. Braga: Psiquilíbrios, 2010.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da criança e do adolescente

_____, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: MEC, dez. 1996.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. *Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas.* Brasília: CORDE. 1994

FERREIRA, W. B. *Educação Inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?* Revista da Educação Especial, 2005, p. 40-46.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa.* 4ª- ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GÓES, M. C. R. e LAPLANE, A. F. (orgs.)—*Políticas e práticas da Educação Inclusiva—* 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

MARCHESI, A.; MARTIN, E. Da terminologia do distúrbio às necessidades educacionais especiais. In: COLL, César S.; PALÁCIOS, Jesus; MARCHESI, Álvaro. *Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e educação.* Trad. Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 7-23.

PETERS, S. *Educación Integrada: Lograr una Educación para Todos, Incluyendo aquellos com Discapacidades y Necesidades Educativas Especiales,* 2003. em <http://siteresources.worldbank.org/DISABILITY/Resources/2806581172610312075/InclusiveEduSpn Peters.pdf> Acesso em 05 de Novembro de 2009

SANTIAGO, A. N., *EDUCAÇÃO INCLUSIVA: a inclusão do aluno surdo no ensino regular da rede municipal de ensino de Itaberaba Bahia,* (2019)

SANTIAGO, A. N. *Pobreza, Exclusão Social e Educação Inclusiva: A Inclusão do Aluno Surdo no Ensino Regular na Perspectiva da Educação Inclusiva da Rede Municipal de Ensino do Município de Itaberaba Bahia,* Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Del Mar. Viña del Mar-Chile, 2011, 277

SILVEIRA BUENO, J. G. *Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente.* São Paulo: EDUC, 1993.



TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO—Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na área das necessidades educativas especiais 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2020.

VITTA, F. C. F.de; VITTA, A. de; MONTEIRO, A. S.R. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 16, n.3, p.415-428, Dec. 2010.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman. 2015.